

SOS criança

Num período em que tantos falam em apoio aos meninos e meninas necessitados de base, amparo, um impulso da sociedade que, afinal, os gerou, mas poucos podem apresentar trabalho efetivo nesse sentido; numa fase em que, como nunca na história anterior deste país, têm-se intensificado a violência e até mesmo os assassinatos de crianças, fato gerador de protestos de organismos internacionais de promoção e proteção da infância; nesses tempos de crise, competitivos, individualistas, egoístas, quando é reduzido o número de programas voltados para a assistência efetiva aos meninos e meninas sem pai e mãe responsáveis por eles, talvez sirva de alento a quem sempre se propôs a emprestar ajuda, e de alerta a quem, insensivelmente, pouca atenção deram ou dão ao problema, a carta do menino desconhecido.

Na carta, mais do que um desabafo, o menino faz um apelo, um pedido de oportunidade infelizmente tantas vezes negada. Essa carta vale muito pelo ensinamento, pela advertência, pelo sinal de atenção que emite para a comunidade campolarguense, e não apenas para ela, mas para todas as comunidades que em outubro terão a responsabilidade de eleger seus governantes pelos próximos quatro anos.

"Nasci numa casinha situada à beira de um valeto, casinha de lâmina, bem rústica.

Meus pais nem ligam para mim e sabem por quê? Porque eles acham que a bebida é mais importante do que eu. Vejam só meu pai é um alcofatra, chega em casa embriagado, batendo e quebrando tudo. Minha mãe fica em casa e não deixa de seguir o mesmo exemplo, batendo em mim. É só o que ela sabe fazer, e além do mais bebe que nem um gambá. Eu sei que meu pai trabalha, e não perde um dia de serviço. Sei também que um aperitivo não faz mal a ninguém, mas se embriagar todos os dias já é demais! E eu nada posso fazer, afinal, sou apenas uma criança.

Quando peço algo para comer recebo uma resposta que me arrasa. Fico pequeno como um verme. Sei que vocês por certo já receberam notícias tristes. Mas quando se é ainda criança, não queremos saber se tem ou não tem algo para comer ou beber. O que in-

teressa é matar a nossa fome e sede. Preciso também de agasalho, porque eu sei o quanto dói o frio no corpo. Mas o que realmente me dói, no fundo do coração, é ser maltratado, não recebendo uma palavra de amor e carinho, nem dos meus pais, nem dos que encontro na rua, e que muitas vezes só sabem chamar-me de vagabundo, maloqueiro e marginal. Quando vou pedir esmolas, porque meus pais me mandam, muitos não me dão esmolas, porque acham que estão incentivando para que não trabalhe, apenas viva na moleza.

Mas que posso fazer além de pedir esmolas? Nunca recebi nenhum incentivo, nenhuma orientação. O que é que vocês esperam de um garoto que, além de passar fome, frio e sede, não conhece nem sequer um abraço? Alguns adultos ainda têm a ironia de quererem que eu cresça e seja um homem de bem.

Certo dia, um vizinho meu teve pena de mim, conversou comigo e até propôs um negócio para mim. Iria vender maçãs nas ruas da cidade. Que alegria senti naquele momento. Até que enfim alguém estava me dando valor, e eu poderia ganhar algum dinheiro, ajudar em casa e não iria passar fome. Mas o mais importante é que eu não iria ter que pedir esmolas. Pela primeira vez estava sendo alguém. Eu vendia bastante, e vendia bem. Todos compravam e eu me sentia feliz por isso. Até que um dia veio a notícia de que os gurus tinham sido proibidos de vender mercadorias nas ruas.

Logo naquele momento em que estava incentivado pelo trabalho, ganhava meu pão de cada dia, tudo foi por água abaixo. Afinal de contas eu não era nenhum marginal, nenhum assaltante; era apenas um garoto que, incentivado pelo trabalho, estava crescendo com forças para progredir e ser alguém na vida. Agora, eu vou voltar a passar fome, sede e frio. Tudo porque eu não tive um carinho e um incentivo de meus pais. Tudo o que eu quero é sorrir, cantar, brincar, vestir, enfim eu quero uma chance para ser alguém na vida! Quero ser útil! Quero uma chance da sociedade, porque meus pais não me deram. Eu preciso de carinho. Afinal, sou apenas uma criança. Meu Deus! Meu Deus! Eu tenho apenas 12 anos..."

Normalidade

Ao contrário das avaliações feitas pela Presidência da República, a reunião dos líderes mundiais no Rio de Janeiro para o evento da Eco-92 não esfriou os ânimos da CPI que investiga as denúncias de irregularidades no Governo Collor, tampouco declinou a expectativa presente na sociedade. Tanto a CPI quanto os cidadãos em geral estão empenhados para que toda a verdade venha à tona. Nesta última semana, um novo ingrediente manteve alta a temperatura: a saber, as declarações de Renan Calheiros, ex-líder do governo na Câmara, que denuncia o conhecimento prévio do presidente sobre o funcionamento do esquema PC no seu governo.

Diante dessas constatações, e da tranquila insistência com que a ideia de "impeachment" circula nos diversos setores da sociedade, Collor viu-se obrigada a reagir — ainda que tardiamente. Repetindo a atitude outrora motivada pelas declarações de seu irmão caçula, ele renegou em rede nacional as palavras do Sr. Renan Calheiros (A "cadeia" de rádio e televisão tem exigido a presença constante do presidente, o que, em si, já é desgastante). A novidade desta sua nova aparição indignada nos meios de comunicação foi a crítica à imprensa e o apelo à normalidade institucional necessária para a preservação da democracia.

Quanto ao ataque à imprensa, trata-se de uma estratégia antiga e de pouco efeito. Todos sabem que os meios de comunicação apenas cumprem o seu papel de denunciar ao público (através de cifras, documentos ou depoimentos) os indícios de irregularidade na administração dos interesses co-

letivos. Cabe aos poderes constituídos a averiguação rigorosa das denúncias e a punição dos responsáveis, sejam eles quem forem. Quanto apelar para a normalidade institucional, com o nítido interesse de afastar os riscos que ameaçam o seu governo, Collor tenta iludir a opinião pública confundindo intencionalmente a Presidência e o presidente, a instituição e a criatura. Ao fazê-lo, sugere que a nação ignore que a preservação da democracia e de suas instituições pode exigir (como expediente normal, previsto na Constituição) a punição do chefe de Estado, sem gerar necessariamente traumas. Ao contrário, tal episódio não só representaria a maturidade política do país, como contribuiria para o próprio crescimento institucional.

A exigência de uma apuração profunda dos fatos faz-se ainda mais contundente dada a constatação de que o Governo Collor, sentindo-se ameaçado, rendeu-se politicamente ao PFL do Sr. Antônio Carlos Magalhães numa tentativa desesperada de salvar-se. Ao tomar tal atitude, talvez o presidente livre-se da CPI, mas perderá o pouco comando que ainda tinha sobre a sociedade. Investigar e responsabilizar os culpados é imprescindível, sob pena de ficarmos mais três anos obedientes a um governo acusado.

Até o momento o Congresso e a sociedade têm demonstrado maturidade política, negando a crise como pretexto para um golpe na democracia e afirmando a necessidade de solucionar o conflito dentro da democracia como oportunidade única de consolidação.

Nelson Rosário de Souza, sociólogo

Sem golpismos

Está na hora de o país começar a discutir serenamente, sem pré-julgamentos nem oportunismos, a questão do impeachment do presidente da República. É uma possibilidade que dia-a-dia torna-se mais presente, e não deve ser ignorada — sob pena de, em não se pensando em alternativas de transição, criar-se um vácuo institucional.

O primeiro passo da discussão consiste na justa compreensão desse processo de catarse social que está tomando conta do país. Inútil tentar relacioná-la a manobras golpistas.

O que se passa hoje é fenômeno típico do que se poderia definir genericamente como crise de modernidade, que tem como ponto central o rompimento com práticas políticas e culturais ancestrais — entre as quais a corrupção institucionalizada é a face mais execrável.

Passou-se o mesmo na Argentina no período que antecedeu a ascensão do ministro da Economia, Domingo Cavallo. Uma imensa lavagem de roupa suja, no interior de processo psicanalítico violento, uma purgação ampla e irrestrita dos pecados não apenas do presidente Menem, mas da própria sociedade argentina.

Chegou a vez do Brasil. A falta de limites do esquema alagoano, associada às agruras da crise econômica, aumentou enor-

memente o grau de indignação popular.

Mas não se deve perder de perspectiva o que o país está enfrentando: não se trata de um processo de governos passados, vícios de uma legislação partidária corrupta, rupturas, processos de lideiração pública, a sensação de impunidade que se alastrou por todos os escalões da República. Processos dessa natureza não permitem contemporizações. Mas impeachment sem solução definitiva das raízes da corrupção é empulhação.

Não é necessário muita acuidade para perceber que o impeachment desencadeará um processo de capa às brutas capaz de deixar muitos mortos pelo caminho, principalmente pelos de fichas sujas e ambições altas. O alerta vale para aqueles que sempre tentam tirar vantagens de momentos de indefinição do poder.

Também deve-se descartar, por mistificadora, a tese de que o vice-presidente da República, Itamar Franco, significaria um retrocesso definitivo no processo de modernização do país.

O sr. Itamar é pessoa honrada, de vida limpa, com suficiente realismo político para perceber que, ainda mais hoje em dia, não se governa sem uma percepção clara dos sinais emitidos pela opinião pública.

porta aberta, quase a medo, quando antes havia trancas, pontes, muralhas... Mas você também é a lâgrima que corre por meus olhos angustiados porque você me lembra que eu não sou melhor que ninguém. Você me faz mais humilde, você me revela que não posso transferir para outros, que devo impetir o gesto meu que faça outros chorarem.

O meu choro, talvez, me embace a visão, mas eu vejo mais profundamente dentro de mim mesma e noto os meus defeitos, as minhas falhas... Se fogem de mim, pode ser que eu aja de forma a merecer isso... Talvez tenha sido eu que tornei impossível a minha companhia, a minha presença.

Obrigada a você a rica experiência que trago dentro do meu profundo e imenso vazio. E, por incrível que pareça, vou te abandonar. Não vou ser hipócrita e dizer que sinceramente desejo que fique comigo para sempre, mas agradeço o que me ensinou: a esperança que surgiu quando eu menos esperava.

Eniue Maria Jenichen, Rua Centenário, nº 986

Alça de Mira

Velha Raposa

O candidato a prefeito pela aliança PFL/PRN, Newton Puppi, parece menosprezar a memória e a capacidade de avaliação do eleitor. Na convenção de domingo (21), com uma afirmação contraditória à atitude sua, Puppi salientou que cargos não interessam, tentando passar a ideia de despreendimento diante da possibilidade de voltar a ocupar o cargo de prefeito. Só lembramos: em 1982, Newton Puppi renunciou à Prefeitura, preferindo ir para o Tribunal de Contas do Estado ocupar cargo de auditor. Diz o velho diz: quem fez uma vez, pode fazer a segunda.

Obra não dá voto

Em pronunciamento na sessão da Câmara, dia 22, o vereador José Rossoni (PRN) não titubeou em bradar que "obra não dá voto", lembrando que, se desse, Osvaldo Zotto teria sido prefeito em 1982, com o apoio de Newton Puppi; e Alcebades Spréa, também em 1988, com o apoio de Carlos Zanlorenzi. Rossoni, travestindo-se de pitonisa, complementou que, assim como Zotto e Spréa, o candidato apoiado pelo prefeito Afonso Portugal Guimarães, o vereador Emídio Pianaro Júnior, também não se elegerá. Pode-se constatar que Rossoni pouca importância dá à trabalhos desenvolvidos em favor da comunidade como fator gerador de votos, mas reconhece na atual administração municipal uma promotora de obras. Resta saber do vereador do PRN: se obra não rende voto, o que rende então? O fisiologismo? A corrupção? O tapinha nas costas? A conversa fiada? A demagogia? Ou tudo isso reunido? Trata-se, sem dúvida, de uma concepção antiga de fazer política, própria dos tempos do coronelato, quando os currículos eleitorais imperavam e a ação administrativa voltada aos interesses comunitários pouco importavam à maioria dos políticos.

Reajuste salarial

O reajuste salarial para as categorias com datas-bases nos meses de junho, fevereiro e outubro (Grupo B) é de 124,16% sobre a parcela de até três salários mínimos (Cr\$ 690 mil). O aumento foi fixado em portaria assinada pelo ministro da Economia, Márcio Marques Moreira. Para efeito de cálculo do salário de junho, o índice de 124,16% deve ser aplicado ao salário vigente em 1.º de fevereiro e deduzida a antecipação de 26,5% de abril. Será descontado também o valor do reajuste de maio, a título de equiparação ao salário mínimo, que passou de Cr\$ 96 mil para Cr\$ 230 mil.

Rejeição

José Aparecido Félix, o popular "Zé Paulista", do bairro Jardim Social, não esconde de ninguém um convite que recebeu há cerca de seis meses:

— O mecânico conhecido por "Pico", proprietário de oficina perto do Supermercado Pangrácio, genro do Raul Negrão, mandou me buscar em casa e propôs que me candidatassem a vereador pelo grupo político comandado pelo ex-prefeito Carlos Zanlorenzi, com o apoio do vereador Raul Negrão, que na época pretendia ser vice na chapa daquele grupo político. Aleguei compromisso de apoio a Darci Andreassa para recusar o convite. Soube depois que Zanlorenzi nem admitiu conversar sobre a hipótese de ter Raul Negrão como vice.

Linha puxa gratidão

Darlei Chervenski, morador da Vila de Lourdes e candidato a vereador pelo PTB, agradece ao prefeito Afonso Portugal Guimarães e ao presidente da Câmara de Vereadores, Darci Andreassa, em nome daquela comunidade, a implantação da linha de ônibus para a Vila de Lourdes.

Candidatos do PT

Em convenção municipal realizada domingo (21) na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Cerâmicas de Campo Largo, o PT — Partido dos Trabalhadores definiu a chapa de candidatos a vereador composta de 11 nomes: Dinarte Fagundes Cordeiro (nº 13.621), Edgar Colatusso (13.699), Flávio

H. Borges Cordeiro (13.644), Gerson Carlos Marchiori (13.660), Ivo Munhoz (13.622), Ivonir Mordezin (13.651), Marta Vitória Gorski (13.613), Mauri Monteiro Vaz (13.688), Marcos Gilmar Netzel (13.666), Rodilberto Dias Gonçalves (13.692) e Rosângela Regina de Azeite (13.633).

Descredito

O candidato a prefeito pelo PDC, médico Edilson Stroparo, concorda com o senador José Eduardo de Andrade Vieira, do PTB, quando este diz que as eleições municipais de outubro poderão refletir um descontentamento popular, com o aumento do número de votos em branco, nulos ou do caso do eleitor que vota no pior pelo pior. Stroparo também concorda com o senador petebista quando afirma que o povo está vendo o Congresso como o templo onde se pratica a famigerada lei de Gerson, segundo a qual todo o cidadão tem o direito de levar vantagem em tudo, e sugere, para solucionar a crise política, a substituição dos políticos tradicionais por "gerentes mais eficientes e menos fofoqueiros, demagogos, incompetentes". O candidato democrata cristão, a exemplo de José Eduardo, lamentou que as democracias contemporâneas estejam cada vez menos representando os interesses dos eleitores.

Reajuste salarial

O reajuste salarial para as categorias com datas-bases nos meses de junho, fevereiro e outubro (Grupo B) é de 124,16% sobre a parcela de até três salários mínimos (Cr\$ 690 mil). O aumento foi fixado em portaria assinada pelo ministro da Economia, Márcio Marques Moreira. Para efeito de cálculo do salário de junho, o índice de 124,16% deve ser aplicado ao salário vigente em 1.º de fevereiro e deduzida a antecipação de 26,5% de abril. Será descontado também o valor do reajuste de maio, a título de equiparação ao salário mínimo, que passou de Cr\$ 96 mil para Cr\$ 230 mil.

Saída de Collor

Muita gente tem nos perguntado como o presidente Fernando Collor poderia sair do cargo por um processo de impeachment". Resposta: a CPI que apura supostas irregularidades envolvendo o empresário Paulo César Farias acusa Collor com provas que o relacionam ao esquema PC. A CPI faz a denúncia formal à Câmara dos Deputados, relacionando os crimes, que podem ser de responsabilidade ou comuns. Depois, a Câmara vota autorização para instaurar processo contra o presidente. Aprovada a autorização com os votos de 2/3 dos deputados, Collor é suspenso de suas funções, assumindo o vice, Itamar Franco, por um prazo de 180 dias. Se o processo for de crime comum, a denúncia é enviada ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República. Se o STF aceitá-lo, o presidente é suspenso e assume o vice. Em caso de crime de responsabilidade, a denúncia é encaminhada para o Senado, com o pedido de abertura do processo de "impeachment". O Senado, então, julga o "impeachment" em sessões presididas pelo presidente do Supremo Tribunal Federal. Em caso de condenação, é decretado vago o cargo. Itamar Franco assume a Presidência da República. Se a vacância se der antes de 1.º de janeiro de 1993 (quando começam os dois últimos anos do mandato presidencial), são convocadas eleições diretas no prazo de 90 dias. Se a vacância ocorrer depois, os novos presidente e vice serão eleitos pelo Congresso, exercendo as funções até o término do atual mandato.

PFL e PRN, partidos que apóiam Collor, lançam Puppi e Negrão

Um grande número de pessoas compareceu à convenção conjunta do Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido de Reconstrução Nacional (PRN), dia 21, na Vila Olímpica, quando foram homologadas as candidaturas de Newton Puppi (PFL) a prefeito e Raul Negrão (PRN) a vice e as chapas de candidatos a vereador pelos dois partidos. A Folha solicitou a relação dos candidatos a vereador e os Diretórios do PFL e PRN ficaram de divulgá-las na próxima edição.

Newton Puppi já exerceu o cargo de prefeito de Campo Largo por dois mandatos de seis anos cada. Ele renunciou à Prefeitura em 1982, último ano de seu segundo mandato, para ser auditor do Tribunal de Contas do Paraná, nomeado pelo então governador Ney Braga.

O candidato a prefeito pela aliança PFL/PRN afirmou, em discurso durante a convenção, que "cargo não me empolga, o que me empolga é responsabilidade e trabalho". Referindo-se indiretamente ao candidato do PMDB, Carlos Zanlorenzi, que registrou protocolo de intenções administrativas em cartório, disse: "Vejo candidato fazendo protocolo em cartório... o meu protocolo é com o povo, é com a palavra, palavra de coração, de certeza do trabalho".

Newton colocou-se como candidato em função de seus amigos: "Muitos irão perguntar por que o Newton Puppi mais uma vez? Não me escolhi candidato. Sou pelos amigos que vieram me buscar. Como também quero deixar bem claro que eu não escolhi

o Raul Negrão como vice. Foi o PRN, partido com o qual coligamos, que o indicou para meu companheiro de chapa. Eu só perguntei a mim mesmo: Ele é homem sério? É. Ele é homem trabalhador? É. Ele é homem digno e decente? É. Então estamos conversados".

Além de Newton Puppi, que em seu discurso também citou obras administrativas realizadas em seus dois mandatos de prefeito, discursaram os vereadores Raul Negrão (candidato a vice) e José Rossoni, do PRN, antes adversários políticos de Puppi, hoje aliados. Raul Negrão disse que a convenção que selou a união do PFL e PRN "ficará na história política de Campo Largo, porque representa trabalho e renovação política com Newton Puppi".

PSC fecha com Emídio Pianaro



A convenção do PSC atraiu um expressivo número de pessoas.

Mais de 150 pessoas lotaram a Câmara Municipal do município (21) à noite, para assistir à convenção municipal do Partido Social Cristão — PSC, que homologou coligação com o PDT, PTB e PST, em apoio às candidaturas de Emídio Pianaro Júnior a prefeito e Darley Parolin a vice, lançando chapa com cinco candidatos a vereador: Aloizio Sebastião Mordezin (nº 20.620), Miguel Marques da Silva (20.611), José do Socorro Almeida (20.650), João Ferreira da Costa (20.601) e Flôrencio Ferreira (20.618).

Estiveram presentes à convenção o presidente regional do PSC e ex-candidato a governador Antonio Macedo, o candidato a vereador pelo PSC em Curitiba Teolino Mendonça, o prefeito Afonso Portugal Guimarães, os candidatos a prefeito e vice — Emídio Pianaro Júnior e Darley Parolin —, os vereadores do PTB Osvaldo Andrade Zotto e Sebastião Moreira, secretários municipais, lideranças políticas e comunitárias.

Falaram na convenção o candidato a vereador Teolino Mendonça, o prefeito Afonso Portugal Guimarães, o vereador Osvaldo Andrade Zotto, o secretário municipal Luiz Antonio Chagas e os candidatos a prefeito e vice — Emídio Pianaro Júnior e Darley Parolin. O principal enfoque dos discursos foi a necessidade de renovação

política e continuidade administrativa, ressaltando que Campo Largo não pode voltar atrás.

RANÇO

"O Carlos Zanlorenzi registrou em cartório que vai priorizar a área social, esquecendo que durante seu mandato extinguiu o único programa de assistência à criança mantido pela Prefeitura — a Guarda Mirim", ressaltou Afonso Guimarães. "Comprometeu-se com a saúde da população, esquecendo de mencionar que, em 1988, após seu candidato ser derrotado nas urnas, fechou os postos da saúde das localidades onde os resultados eleitorais o decepcionaram", lembrou Afonso.

O vereador Osvaldo Zotto disse em seu pronunciamento que a dupla política Zanlorenzi/Newton, que há 30 anos se revezavam na Prefeitura, têm sido prejudicial ao município. "Eles criaram

Antonio Brolese (17.610), Dalton Gaspar Klemetz (17.690), Djalma Neizer (17.677), Edgar José Portela (17.670), Eliane Rosi Basso (17.630), Eloi Sebastião Leal (17.650), Gerson Osmar Gabardo (17.617), Ivair Wonsowicz (17.640), Jovail Campese Ramos (17.654), Olivier Antonio Schiavon (17.622), Reinaldo Antonio Marochi (17.680) e Walter Domingos dos Santos (17.685).

Anuncie nos classificados da Folha, é mais econômico e eficaz.

Pode-se combater com sucesso a corrupção no Brasil de hoje?



"Acho que é possível, sim, combater a corrupção no Brasil, desde que o governo seja duro, apure realmente as irregularidades quando denunciadas e mande para a cadeia aqueles que roubam". Ivete Bora, diarista



"Não acredito, porque os corruptos já tomaram conta de quase todos os setores administrativos. Se essa situação não mudar, a tendência é aumentar a corrupção". Glauce Martins, dona-de-casa



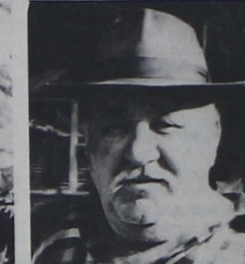
"Sei que é difícil, mas se poderia dar um jeito se o governo fosse mais sério, desse o exemplo. O Collor logrou todo mundo, e aí ninguém acredita mais em solução". Romilda de Andrade, dona-de-casa



"É muito difícil. O trabalho anticorrupção teria que começar de baixo, na base, com a garantia de cultura e melhores condições de vida para a população. A corrupção é um problema cultural e social que só pode ser combatido através da melhoria das condições culturais e sociais de um povo". Elcio Ribeiro, técnico em mecânica



"É possível sim, desde que se tenha vontade. É preciso mandar apurar com rigor as denúncias de irregularidades e, se elas forem confirmadas, punir os culpados. Uma providência importante no combate à corrupção é a contratação somente de gente competente e honesta". Terezinha Pianaro, professora



"Não acredito. Se existisse o respeito às leis, tenho certeza de que esse problema não existiria, mas a verdade é que no Brasil não se executa a lei. Os maiores brigam e desrespeitam, então como é que pode"? Paulo Marchioratto, aposentado

Chapa do MDT de Balsa Nova homologada em convenção 4ª



O candidato a prefeito de Campo Largo Emídio Pianaro Jr. (último à direita) esteve presente na convenção do MDT da Balsa, tendo mantido conversações com o prefeito Vitorio Seguro, Osvaldo Costa e Sebastião Gequelim, respectivamente candidatos a prefeito e vice do município.

Em convenção realizada quarta-feira (24), o Movimento Democrático Trabalhista (MDT), que reúne o PMDB, PSDB, PST e PTB para a disputa das eleições municipais na Balsa Nova, escolheu seus candidatos a prefeito, vice e a vereador, de acordo com a relação abaixo:

Candidato a vice: Sebastião Gequelim

Candidatos a vereador:

Joel Bathke, Juarez Antonio Padilha, Adilson Portela Franco, Francisco Rodrigues da Mota, Elcio José Czarnik, Orlando Seguro, Ivo Kupka Garret, Lauro José Bubniak, Dirceu Batista Leal, Alípio Afonso Ferreira, Vitor Cordeiro de Souza, Renato Antonio

Coltro, Ivo Ildefonso Bot, Eunice Maria Salmorea, Robert Roenner, Arestides Pscheidt, Benjamin de Moraes, João Cordeiro, Jair Mateus Drevniak, Luiz Carlos Sabim, Luiz de Souza Leal, Campolino Batista Neto, Mário Gibleski, Alexandre Lech, Pedro Mantovani dos Santos, Valmir Evaldo Kuklik, Francisco Baptista de Souza, João Durski Poletto, Ivani Taborda da Luz e Jair Franco.

Candidato a prefeito: Osvaldo Vanderlei Costa

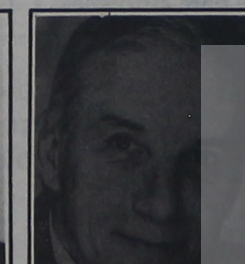
Os candidatos a prefeito em Campo Largo



Emídio Pianaro Júnior, da aliança PDT/PTB/PST/PSC



Edilson Stroparo, do Partido Democrata Cristão



Newton Puppi, da aliança PFL/PRN



Carlos Zanlorenzi, do PMDB/PSDB